



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**



PARECER CJR N° 132/2018

*Da Comissão de Justiça e Redação, sobre o Projeto de Lei n° 61 de 2019, de iniciativa do Vereador Fabio Alceu Fernandes, que altera a Lei Municipal n° 1626/2006 que institui o “Programa Bolsa Atleta” no Município de Araucária, conforme especifica.*

**Relator: Fabio Pedroso – PRP**

## **I – RELATÓRIO**

A Comissão de Justiça e Redação examina o Projeto de Lei n° 61 de 2019, de iniciativa do Vereador Fabio Alceu Fernandes, que altera a Lei Municipal n° 1626/2006 que institui o “Programa Bolsa Atleta” no Município de Araucária, conforme especifica.

A senhor Vereador Justifica nas fls. 03 de que a prática de esportes tem seus benefícios comprovados e é uma das providências mais saudáveis e eficazes para o tratamento de diversos problemas de saúde, principalmente no combate ao sedentarismo e a obesidade.

## **II – ANÁLISE**

Em consideração o Art. 40°, § 1°, “a” da lei orgânica do Município de Araucária, os projetos de lei podem ser de autoria dos vereadores, conforme consta abaixo,

*“Art. 40 O processo legislativo compreende a elaboração de:*

*§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:*

*a) do Vereador;”*



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Vale ressaltar de que o parecer jurídico cita que o presente projeto não deve prosperar pois vem com vício de iniciativa por acarretar em aumento de despesas na receita do município, o que não se considera, pois no § 7º do art. 20º do Decreto 33.420/2019 onde regulamenta o serviço de transporte coletivo de passageiros nos mostra o seguinte:

“Art. 20º (...)

*§ 7º No caso de receita pública e remuneração por quilômetro rodado, o edital e o contrato estabelecerão o modo e a forma de recolhimento das quantias arrecadadas pelas contratadas, bem como o sistema de conferência, controle e fiscalização da arrecadação.”*

Considerando o paragrafo citado, vimos que não haverá despesas, pois a despesa é por quilômetro rodado e não por passagem individualmente paga, então o processo não necessita de relatório de impacto orçamentário, citado também no mesmo parecer.

Ainda importante destacar que a isenção já é concedida aos estudantes de educação infantil, ensino fundamental e médio sem prejuízos ao município através do Decreto 32.098/2019 onde Regulamenta a Lei 3110/2017.

### **III – VOTO**

Diante das razões apresentadas acima, não foi encontrado impedimentos que limitem tramitação do projeto de lei, sendo assim, no que me cabe analisar o projeto acima epigrafado, diante o âmbito da Comissão de Justiça e Redação, sou favorável ao trâmite normal do projeto tendo em vista o benefício que o mesmo traz aos atletas que muita das vezes não tem a passagem para se deslocarem aos treinos e também pelo benefício da promoção a saúde, educação, qualidade de vida e bem estar social.





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**



É o parecer.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2019.

  
Fabio Pedroso  
Vereador

---

**Fabio Pedroso**

**VEREADOR**



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

VOTAÇÃO DO PARECER APRESENTADO PELO RELATOR DA CJR SOBRE O  
PROJETO 61 DE 2019

Membro	Favorável	Contrário	Assinatura
Ver. Fábio Alceu	<input checked="" type="checkbox"/>		<i>Fábio Alceu</i>
Ver. Lucia de Lima	<input checked="" type="checkbox"/>		<i>Lucia de Lima</i>

Encaminhado ao gabinete do(a)  
vereador(a) *Gurmaninho - COSP*  
na data de *06.08.19* para  
emissão de parecer.

*Rosimaria Silva*  
Assistente Administrativo